

#OCUPAR E RESISTIR: ESTUDANTES CATARINENSES EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

VALDECI REIS¹

RESUMO: Este artigo discute o movimento de ocupações de escolas e universidades protagonizado por jovens no segundo semestre de 2016. Após contextualizar as ações dos movimentos sociais contemporâneos, o texto avança na análise das ocupações ocorridas no município de Florianópolis-SC. Por mais de um mês observamos as ações desses estudantes em escolas de educação básica e universidades na tentativa de compreender a concepção de escola que esses jovens defendem. Durante as observações, foram realizadas entrevistas, registros fotográficos e audiovisuais. A análise das narrativas juvenis mostra que esses sujeitos estão descontentes com os desdobramentos políticos no país. Tal movimento rompe com a concepção de uma juventude individualista e despolitizada, visão que se tornou marca das chamadas gerações Y e Z. As Ocupações herdam alguns aspectos das jornadas de junho de 2013, na medida em que os jovens secundaristas e universitários utilizam a intervenção no espaço público como forma de protestar e resistir.

Palavras-chave: Ocupação. Movimentos Sociais. Juventude. Ciberativismo.

#TO HOLD AND RESIST: SANTA CATARINA STUDENTS IN DEFENSE OF THE PUBLIC SCHOOL

ABSTRACT: This article discusses the movement of occupations in schools and universities carried out by young people in the second half of 2016. After contextualizing the actions of contemporary social movements, the text advances in the analysis of the occupations occurred in the municipality of Florianópolis-SC. For more than a month, the actions of these students were observed in elementary schools and universities in an attempt to understand the conception of school that these young people defend. During the observations, interviews were conducted, as well as photographic and audiovisual records. The analysis of young students' narratives shows that they are dissatisfied with the political developments in the country. This movement breaks with the conception of an individualistic and depoliticized youth, a vision that has become a mark of the so-called Y and Z generations. The occupations carry some aspects of the June 2013 journeys in the sense that high school and university students use the intervention in the public space as a way to protest and resist.

Keywords: Occupation. Social movements. Youth. Ciberativism.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Educação, Pedagogo pela UDESC. E-mail: pedagovaldeci@gmail.com

#OCUPAR Y RESISTIR: ESTUDIANTES CATARINENSES EN DEFENSA DE LA ESCUELA PÚBLICA

RESUMEN: Este artículo discute el movimiento de ocupaciones de escuelas y universidades protagonizado por jóvenes en el segundo semestre de 2016. Después de contextualizar las acciones de los movimientos sociales contemporáneos, el texto avanza en el análisis de las ocupaciones ocurridas en el municipio de Florianópolis-SC. Por más de un mes observamos las acciones de esos estudiantes en escuelas de educación básica y universidades en el intento de comprender la concepción de escuela que esos jóvenes defienden. Durante las observaciones, fueron realizadas entrevistas, registros fotográficos y audiovisuales. El análisis de las narrativas juveniles muestra que esos sujetos están descontentos con los desdoblamientos políticos en el país. Tal movimiento rompe con la concepción de una juventud individualista y despolitizada, visión que se hizo marca de las llamadas generaciones Y y Z. Las Ocupaciones heredan algunos aspectos de las jornadas de junio de 2013, en la medida en que los jóvenes secundaristas y universitarios utilizan la intervención en el espacio público como forma de protestar y resistir.

Palabras clave: Ocupación. Movimientos Sociales. Juventud. Ciberativismo.

1- Prelúdio às Ocupações: notas introdutórias

Memorável
Luta consciente
E coincidentemente incrível
E é difícil e dói saber
E descobrir
Que a única coisa
Que cresce mais que a inflação
É o genocídio
Só pra deixar bem claro, irmão
Não tem arrego
Você fecha a minha escola
E eu tiro o seu sossego.

“Ocupar e resistir”, Rodolfo Krieger

Desde 2013, quando jovens tomaram as ruas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal para protestar contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, a sociedade brasileira tem sido surpreendida quanto à forma horizontal de organização estudantil, bem como com a forma própria de utilizar as redes cibernéticas para debater e mobilizar seus pares a se engajarem pelas pautas juvenis. Inicialmente, as manifestações que ficaram conhecidas mundialmente como Jornadas de Junho estavam sendo protagonizadas pelo Movimento Passe Livre, um coletivo que surgiu formalmente em 2005 durante a plenária nacional pela tarifa livre, ocorrida em Porto Alegre. Entre os principais objetivos desse movimento está a luta por um transporte público, gratuito, de qualidade e gerido pela iniciativa pública.

A forma truculenta como a Polícia Militar do Estado de São Paulo e do Distrito Federal trataram os manifestantes em 2016 gerou indignação nacional. Passados alguns dias, as manifestações se intensificaram em mais de 350 cidades brasileiras de uma forma sem precedentes. Foram as maiores manifestações desde a redemocratização do país.

Na medida em que as Jornadas de Junho avançaram pelo interior do país, as reivindicações mudaram e o Movimento Passe Livre perdeu o protagonismo dos protestos. Diferentes coletivos e agremiações começaram a ocupar o espaço urbano com uma pauta difusa em que políticos, analistas e a própria mídia tradicional tiveram dificuldades de entender o que estava acontecendo. Afinal, a economia brasileira estava com ótimos indicadores e a então Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff acumulava recordes de aprovação popular. Todavia, temas como corrupção, saúde e educação passaram a ser pautados nas manifestações. Os poderes legislativo, executivo e judiciário passaram a ser questionados. A narrativa estabelecida pela mídia comercial também foi inquerida por parte dos manifestantes.

Essa nova forma de mobilização que refuta líderes e hierarquia não é uma especificidade da juventude brasileira. Castells (2013), ao analisar o protagonismo da juventude em várias ondas de manifestações que colocaram em atenção governos e organizações financeiras – Revolução pela liberdade, na Tunísia; Revolta das panelas, na Islândia; Fúria digital, no Egito; Juventude indignada, na Espanha; o Movimento em rede do *Occupy Wall Street*; e as inesperadas Jornadas de Junho, no Brasil – destaca que os jovens envolvidos nestas mobilizações apresentam uma descrença total nas estruturas políticas tradicionais, desconfiam dos veículos comerciais de comunicação e criam as suas próprias redes de comunicação para dialogarem com seus pares. Nesse sentido, a internet, as redes sociais e os smartphones são elementos importantes para que esses jovens possam constituir uma rede de comunicação própria e independente.

A literatura marxista nos apresentou a noção de que movimentos sociais são ações coletivas de caráter revolucionário contra as ações exploratórias do sistema capitalista. Todavia, a partir da década de 80 do século XX, os movimentos sociais começaram a ficar cada vez mais complexos. As ações de resistência deixaram o chão de fábrica para ocupar os centros urbanos com pautas difusas e heterogêneas (SANTAELLA, 2016).

Coletivos de movimentos ambientais, LGBTs, feministas, anarquistas e anticapitalistas se organizaram e ganharam adeptos. Grupos que reivindicavam moradia, saneamento básico, transporte

coletivo, reforma agrária e legalização da maconha, passaram a ocupar ruas e praças, disputando a narrativa e a atenção de quem transitava pelo espaço urbano. Sobre a complexidade característica dos movimentos sociais contemporâneos, o sociólogo Alain Touraine (2006) nos oferece uma análise instigante. Segundo sua concepção:

En primer lugar – y es el esencial – defino los movimientos sociales como unas conductas socialmente conflictivas pero también culturalmente orientadas y no como la manifestación de contradicciones objetivas de un sistema de dominación. No concibo el movimiento obrero solamente como un levantamiento de los proletariados pero si como un contramodelo a la sociedad industrial inclinada por los trabajadores poseedores de la fuerza de trabajo.

En segundo lugar, a acción de los movimientos sociales no está dirigida fundamentalmente frente al Estado y no puede ser identificada con una acción política por la conquista del poder; al contrario, es una acción de clases, dirigida contra un adversario propiamente social. Puede haber convergencia o alianza, jamás unificación entre un movimiento social y una acción de transformación del poder del Estado.

Enfin, un movimiento social no puede ser el creador de una sociedad más moderna o avanzada que aquella que combate; él defiende, dentro de un campo cultural e histórico dado, otra sociedad. Es necesario remplazar el tema de la superación por el de la alternativa, dado que contradice las ideas evolucionistas que han liderado el pensamiento clásico social (p. 258).

Apoio-me no alargamento do conceito de movimento social desenvolvido por Touraine para discutir as ocupações protagonizadas por estudantes secundaristas e universitários no segundo semestre de 2016. Este artigo tem como objetivo analisar as ocupações ocorridas em universidades e escolas de educação básica no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

A eclosão do movimento coincidiu com o período em que estava mapeando escolas para desenvolver uma pesquisa de doutorado². A iniciativa estudantil desencadeada em 25/10/2016 em protesto contra o projeto de lei escola sem partido, a Proposta de Emenda à Constituição n. 55 (BRASIL, 2016d) e a reforma do ensino médio resultaram nas seguintes ocupações: alguns centros da Universidade Federal de Santa Catarina – bem como o Colégio de Aplicação da instituição; Campus

² Projeto de Tese no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina intitulado *'Cenas juvenis, escola e arte no espaço urbano: as contribuições da educomunicação para a consolidação de uma prática cidadã diante dos novos paradigmas da cultura digital'*.

Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina; Escola de Educação Básica Simão Hess; Reitoria e Rádio Educativa da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Apoiado no referencial teórico sobre os movimentos sociais contemporâneos (CASTELLS, 2002, 2010, 2013; SANTAELLA, 2016; TIBLE, 2016; TOURAINE, 2006), analisamos as ações desses estudantes nas ocupações na tentativa de compreender a concepção de escola que esses jovens defendem. A presente publicação está dividida em cinco atos: I) introdução; II) notas metodológicas; III) memória e contextualização das ações dos secundaristas paulista que impulsionaram outras ocupações pelo interior do país; IV) análise das ocupações no município de Florianópolis e, V) considerações sobre o material coletado em Santa Catarina.

2.- Um estudo qualitativo com abordagem etnográfica: notas metodológicas

A etnografia, enquanto método de pesquisa, nasceu na antropologia, na tentativa de compreender as percepções e opiniões de um determinado grupo social em relação a um acontecimento, comportamento ou fenômeno social e cultural (MINAYO, 2014). É um processo ao mesmo tempo enraizado no sujeito observador e no sujeito observado. Assim, pesquisador e pesquisados são sujeitos ativos, assumindo uma postura interativa no processo da pesquisa. Mattos (2011) destaca três aspectos fundamentais nesta perspectiva metodológica:

- 1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura;
- 2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais;
- 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado (p. 49).

De acordo com a autora, o termo etnografia tem origem grega. Uma tradução literal seria: escrever sobre (grafi) um determinado grupo ou sociedade específica (etno). Essa abordagem começou a ganhar força na transição do século XIX para o século XX, na tentativa de compreender minuciosamente as especificidades de uma determinada cultura.

Tanto a etnografia mais tradicional (GEERTZ, 1989; LÉVI-STRAUSS, 1988) quanto a mais contemporânea (ERIKSON, 1992; MEHAN, 1992; WILLIS, 1977; WOODS, 1986) se preocupam em compreender como os sujeitos investigados agem dentro de um grupo social. É uma observação que

busca analisar, documentar e monitorar uma determinada ação, na tentativa de compreender o cotidiano do grupo em estudo.

O material empírico que permite tal análise é composto por entrevistas semiestruturadas, fotos e registros de vídeos³. A partir do dia 27/10/2016, quando o movimento se intensificou no Estado de Santa Catarina, a equipe visitou diariamente as ocupações na região da Grande Florianópolis. Boletins diários foram produzidos nas instituições ocupadas e veiculados ao vivo na Rádio Campeche 98,3 FM⁴.

Como procedimento de coleta de dados, além da observação etnográfica, foi aplicada uma entrevista semiestruturada com 16 jovens⁵ que aceitaram participar deste estudo. Todos os estudantes envolvidos com a ocupação foram convidados a participar deste estudo, mas inicialmente essas entrevistas foram veiculadas na Rádio Campeche FM. Por se tratar de uma entrevista que também seria transmitida em um veículo de comunicação de massa, nem todos os estudantes se sentiram confortáveis em conceder um depoimento que, ao mesmo tempo, seria utilizado para fins acadêmico e veiculado em uma mídia tradicional.

Minayo (2014) considera que a entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (p. 261). Dentro da abordagem etnográfica, a entrevista semiestruturada é um instrumento significativo para captar informações importantes ao objeto da investigação. Essa técnica permite perguntar de modo direto aos investigados (jovens) sobre suas experiências, opiniões e preferências a respeito de temas sociais, bem como o contexto político que o país atravessa. É um dispositivo bastante significativo que ultrapassa a simples função de coleta instrumental de dados.

³ Ao coletar o material foi detalhado aos educandos os objetivos do estudo. Na ocasião explicitamos que a identidade dos participantes seria preservada, todas as entrevistas com menores de 18 anos foram excluídas deste estudo. Embora o autor possua um acervo fotográfico do movimento, para este texto foram selecionadas apenas imagens publicadas pelos estudantes nas páginas virtuais das ocupações. Por fim, esclareço que embora todos os entrevistados tenham assinado um termo de consentimento livre e esclarecido, as entrevistas que aparecem no texto são apenas as que já estavam publicadas na página da emissora 98,3 Campeche FM. Durante o processo de ocupação, os Programas “Educação em Debate” e “Campo de Peixe” fizeram ampla cobertura, sendo a principal mídia que deu voz aos estudantes. Participaram da cobertura a Jornalista Elaine Tavares, o repórter Rubens Lopes e os comunicadores Valdeci Reis e Isaac Garcia Ribeiro.

⁴ Os boletins ficavam disponíveis na página da emissora www.radiocampeche.com.br.

⁵ Seis estudantes do Campus Florianópolis do IFSC e dez estudantes da UFSC.

A autora destaca, ainda, que conduzir uma entrevista semiestruturada não é tarefa simples, sobretudo para quem não tem experiência sólida em pesquisas. A socióloga recomenda algumas etapas para que o pesquisador tenha êxito na ação: “apresentação; menção do interesse da pesquisa; apresentação de credencial institucional; explicação dos motivos da pesquisa; justificativa da escolha do entrevistado; garantia do anonimato e de sigilo; conversa inicial” (MINAYO, 2014, p. 263-264).

Após a coleta, as narrativas juvenis foram analisadas à luz da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). De acordo com esse procedimento metodológico, a análise textual é feita em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração de material; 3) tratamento dos resultados, com inferência e interpretação à luz do marco conceitual.

Iniciei a pré-análise com a leitura flutuante dos dados brutos da coleta. Posteriormente, observei as respostas dos entrevistados levando em consideração as suas impressões sobre a escola e o contexto político do país. Em um terceiro momento, foram analisadas as narrativas em comum nas entrevistas que poderiam ser utilizadas como indicadores na fase de exploração.

A exploração do material coletado seguiu analisando qualitativamente as narrativas dos jovens ocupantes e suas inter-relações com o referencial teórico envolvendo os movimentos sociais contemporâneos. Embora a literatura sobre a questão específica tratada neste artigo é escassa, na finalização da escrita deste estudo, identificamos que alguns periódicos da área da educação já publicavam chamadas de dossiês com a temática envolvendo as ocupações. A leitura dessas futuras publicações será importante para entendermos a cultura democrática e participativa colocada em prática pelos estudantes.

3- ‘Ninguém tira o trono do estudar, ninguém é o dono do que a vida dá’: O protagonismo iniciado pelos secundaristas do Estado de São Paulo em 2015

E tem que honrar e se orgulhar do trono mesmo
E perder o sono mesmo pra lutar pelo o que é seu
Que neste trono todo ser humano é rei,
Seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
Pra ter escolha, tem que ter escola
Ninguém quer esmola, e isso ninguém pode negar
Nem a lei, nem estado, nem turista, nem palácio,
Nem artista, nem polícia militar
Vocês vão ter que engolir e se entregar
Ninguém tira o trono do estudar.

“O trono de estudar”, Dani Black

Os fatores que levaram milhares de secundaristas do Estado de São Paulo a iniciarem o movimento de ocupação de escolas de educação básica nos remetem ao dia 03 de setembro de 2015, quando alguns Deputados Estaduais usaram a tribuna da Assembleia Legislativa para denunciar o corte no orçamento da educação. No dia 29 do referido mês, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo anunciava o projeto de reorganização. Tal projeto de lei previa que as instituições de ensino seriam organizadas em ciclos, ou seja, se colocado em ação, uma escola não poderia mais oferecer Ensino Fundamental I e II no mesmo prédio. A proposta previa, ainda, turmas com maior número de estudantes e o fechamento de 94 escolas estaduais. Logo após o anúncio do governo estadual, o sindicato tentou mobilizar uma greve, mas não obteve êxito. Foi quando os estudantes entraram em ação.

Inicialmente, as ações dos estudantes ficaram restritas a protestos em praças e avenidas. Nesse contexto, a Polícia Militar reprimiu duramente estudantes e pais que apoiavam o movimento. Diversas tentativas de diálogo com o governo foram colocadas em ação pelos secundaristas, porém o Governo Estadual ignorou todas elas (PRONZATO, 2016).

Diante da indiferença dos representantes da Secretaria Estadual de Educação e do próprio governo, os estudantes planejaram colocar em prática uma ação que forçaria o governador a, pelo menos, ouvir suas reivindicações. Em 09 de novembro, o dia amanheceu diferente no município de Diadema: estudantes ocupavam a primeira escola do Estado de São Paulo. Tratava-se de uma ação inédita de resistência no país. Os secundaristas de São Paulo se inspiravam na ‘Revolta dos pinguins’ – Movimento ocorrido em 2006, no Chile, quando estudantes, também do Ensino Médio, ocuparam instituições de ensino daquele país exigindo melhorias no sistema de educação (PRONZATO, 2006).

Em um primeiro momento, o governo ignorou o movimento. Decorridos dois dias, mais quatro escolas eram ocupadas em São Paulo. Após duas semanas, o número de escolas ocupadas passava de duzentos. O secretário estadual de educação colocou o cargo à disposição e o prédio da Secretaria de Estado onde era elaborado a prova do SARESP⁶ também foi ocupado. Tal ação impediu que o Estado aplicasse a prova no ano de 2015. Todos esses fatos levaram o governador a suspender

⁶Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

temporariamente o projeto de reorganização das escolas estaduais.

Segundo o filósofo Pablo Ortellado (2016), os secundaristas mandaram um recado claro para a sociedade brasileira de que não se sentem representados com o atual modelo político do país. Além de inovarem na forma de articulação e organização, os estudantes defendiam/defendem uma pauta de ampliação e consolidação dos direitos sociais.

As ocupações são o filho mais legítimo das manifestações de Junho de 2013, porque na gênese dessas ocupações vemos a agitação de grupos que estavam ligados ao MPL [Movimento Passe Livre]. Além dessa conexão direta, as ocupações das escolas são a principal encarnação do espírito de Junho de 2013. Além da luta contra a redução da tarifa, Junho de 2013 foi uma grande mobilização da sociedade brasileira, criticando a representação política e defendendo direitos sociais, como direito ao transporte, educação e saúde, e os secundaristas são a encarnação desse legado (ORTELLADO, 2016, p. 16).

Para o especialista, a organização horizontal dos estudantes traz para os profissionais da educação novos elementos para repensar a gestão e a organização didática nas escolas de educação básica. Mais do que nunca, é necessário colocar em prática um modelo de ensino, de fato democrático, no qual o estudante seja um sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem.

Uma análise detalhada da atuação dos secundaristas do Estado de São Paulo, no ano de 2015, pode ser conferida na linha do tempo elaborada por Hayashi; Ferreira-Júnior e Innocentini-Hayashi (2017). De acordo com os sociólogos, para além da luta por uma educação pública de qualidade, o movimento estudantil representou uma auto-organização de jovens dispostos a lutar contra uma decisão governamental imposta de forma antidemocrática.

3.1 A nacionalização do movimento em 2016

De quem é a escola?⁷

A quem a escola pertence?

Ana Júlia Ribeiro [estudante]

O ano de 2015 se aproximava do fim e as instituições públicas iniciavam o tradicional recesso. Aparentemente, depois de um ciclo turbulento na política brasileira, nenhum outro fato viria a surpreender o país. Foi quando o Governo do Estado de Goiás anunciava a transferência da administração das escolas estaduais para algumas organizações sociais.

Inicialmente, o movimento de escolas ocupadas no estado de Goiás se concentrou na região metropolitana de Goiânia. Em protesto à mudança na gestão das instituições de ensino, em 09/12/2015, três unidades foram ocupadas na capital. Decorrida uma semana, doze colégios estavam ocupados na região metropolitana. A interiorização do movimento de ocupação veio a ocorrer em 19/12/2015.

O ano de 2016 iniciou e novas ocupações foram registradas em outros Estados da federação. No Rio de Janeiro, o movimento iniciou em 21/03/2016 contra as condições precárias dos prédios escolares. Estudantes também reivindicavam mudanças na organização didática do ensino. Em quarenta dias de ocupação, o Estado teve sessenta e cinco escolas ocupadas e o secretário estadual de educação solicitou exoneração.

No Estado do Ceará, as ocupações iniciaram em abril. As principais reivindicações dos secundaristas eram: aumento na verba da merenda escolar – há mais de nove anos o repasse era de apenas R\$ 0,31 por estudante; implantação do passe livre estudantil; investimento em projetos pedagógicos culturais; e inclusão das questões de gênero na grade escolar.

No mesmo período, foram registradas ocupações no Estado do Pará e no Estado do Rio Grande do Sul. A principal reivindicação era a melhoria na infraestrutura das escolas. Ainda em abril

⁷ Ana Júlia Ribeiro (16 anos) estudante do Colégio Estadual Manuel Alencar Guimarães, Curitiba-PR, em discurso na Assembleia Legislativa no dia 26/10/2016. Discurso completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pUQLs9y_fx4>. Acesso em: 22 jul. 2017.

do referido ano, estudantes das Escolas Técnicas do Estado de São Paulo (ETEC) iniciaram uma nova onda de ocupação em protesto contra a fraude da merenda e reivindicaram melhores condições na infraestrutura dos prédios escolares (SEVERO; SAN SEGUNDO, 2017).

Mas foi no Estado do Paraná onde o movimento ganhou mais adeptos. No dia 22/09/2016, o Presidente da República, Michel Temer, surpreendia o país com o anúncio de uma medida provisória reformulando o Ensino Médio. Desde a redemocratização do país, era a primeira vez que o poder executivo da república federativa recorria a tal instrumento para fazer uma reforma no ensino. Até então, as mudanças eram realizadas após um profundo debate por meio de conferências e fóruns com professores, alunos e sociedade civil.

A Medida Provisória nº 746 (BRASIL, 2016c) trazia alterações significativas na Lei 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tornava não obrigatória as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física. A medida anunciava, ainda, o ensino integral, porém não deixava claro como tal ação seria implantada, uma vez que o Congresso Nacional estava discutindo a Proposta n. 241 de Emenda à Constituição (BRASIL, 2016b). Se aprovada, congelaria os investimentos na saúde, educação e assistência social por vinte anos⁸.

Aparentemente, a sociedade estava diante de uma contradição: de um lado, uma Medida Provisória autoritária, que iria exigir mais investimentos por parte da nação na educação. Na contramão, uma proposta de emenda à Constituição que congelava os gastos do poder público em áreas essenciais por duas décadas. Tal contradição foi o combustível para eclodir o movimento de ocupações no Estado do Paraná.

O movimento iniciou em 03/10/2016, no município de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Decorrida uma semana, o Estado do Paraná registrava duzentas e dez escolas ocupadas. Na última semana de outubro, o movimento atingiu mais de oitocentas instituições. O movimento dos secundaristas paranaenses impulsionou outras mobilizações pelo país – ocupações em universidades e escolas de educação básica foram registradas em vários Estados da federação. No ápice da mobilização, mais de 1.400 espaços públicos – entre escolas, universidades, institutos federais

⁸No Senado da República, a proposta virou PEC 55, sendo aprovada em 13/12/2016 (BRASIL, 2016d).

e prédios administrativos – foram ocupados em protesto contra a reforma do Ensino Médio, bem como contra a proposta de emenda à Constituição que congelava os gastos públicos e o projeto de lei ‘Escola Sem Partido’.

Para o sociólogo Jean Tible (2016), os secundaristas brasileiros executaram um movimento ousado ao questionar a estrutura tradicional da escola que, por séculos, permaneceu inabalável – disciplinadora, arbitrária, engessada hierarquicamente. Enquanto ocupavam as instituições de ensino, os jovens tentaram colocar em ação outra escola. Diante de tal perspectiva, é importante refletir sobre as indagações da estudante Ana Júlia, proferidas durante um discurso na Assembleia Legislativa do Paraná: *‘De quem é a escola? A quem ela pertence?’*.

Tratam-se de perguntas profícuas, se pensarmos do ponto de vista da cidadania. São indagações feitas por aqueles que estavam no interior da escola, tentando compreender a sociedade, inventando outro espaço educacional, colocando em curso um novo jeito de resistir. Juntos, em comunhão, os secundaristas vivenciaram diariamente, durante as ocupações, a necessidade de organização da vida prática e política, respeitando as diferenças e opiniões contrárias, colocando em prática a democracia participativa. Certamente, a sociedade tem muito a aprender com esses jovens.

Flach e Schlesener (2017), ao analisarem as 867 ocupações no Estado do Paraná⁹, afirmam que a cultura democrática participativa colocada em prática pelos estudantes foi o grande diferencial dos demais coletivos contemporâneos da nossa sociedade. Além das assembleias realizadas diariamente nos prédios ocupados, a partir da terceira semana o movimento paranaense se estruturou em comandos regionais e estaduais, sendo que várias assembleias foram realizadas pelo comando central, algumas com a participação de mais de 12.000 estudantes. Tendo como base teórica os escritos de Antônio Gramsci, as autoras concluem que a consciência política e intelectual alcançada pelos estudantes que participaram das ocupações colocam em evidência as contradições do capital. Enquanto o Estado, por meio da polícia, poder judiciário, veículos de comunicação de massa, tentou desqualificar o movimento estudantil, os educandos romperam com a hegemonia, tentando conscientizar a população sobre o risco que o ajuste fiscal traria aos jovens e às futuras gerações.

⁹ 850 escolas, 14 universidades, 03 núcleos regionais de educação.

4 As Ocupações no município de Florianópolis

A função do conhecimento é libertar o indivíduo. A da escola, garantir que todos tenham acesso ao conhecimento!

Ana Clara [estudante] Segundo ano do
Ensino Médio do IFSC, Campus
Florianópolis

A primeira instituição de ensino ocupada no Estado de Santa Catarina foi o Campus Rio do Sul do Instituto Federal Catarinense. A região onde o movimento registrou o maior número de ocupações foi no oeste do Estado. Em Chapecó, por exemplo, o movimento não ficou restrito aos secundaristas e universitários. Escolas de ensino fundamental também se engajaram na mobilização. Ao todo, o Estado catarinense registrou 34 Ocupações.

Florianópolis registrou a primeira intervenção somente em 25/10/2016. Tratava-se do prédio administrativo da Reitoria da UDESC¹⁰. No dia seguinte, a emissora de rádio UDESC 100,1 FM também foi ocupada. A programação oficial da emissora saiu do ar e os estudantes passaram a produzir programas alternativos, com o objetivo de informar a população sobre as pautas e reivindicação do movimento.

A ocupação da UDESC foi alvo de muitas tensões. Diversos confrontos foram registrados entre ocupantes e representantes da reitoria, que eram contrários ao movimento. Conflitos também foram agravados com estudantes contrários ao movimento. A energia elétrica do prédio chegou a ser suspensa. O fornecimento de água e internet *WI-FI* também foram interrompidos com o objetivo de desestabilizar os universitários engajados no movimento. Após a ocupação da Rádio UDESC, a ANATEL retirou a emissora do ar, alegando que a propaganda eleitoral não havia sido transmitida. O movimento “Ocupa UDESC” resistiu por vinte e cinco dias.

¹⁰ Universidade do Estado de Santa Catarina.

O Campus Florianópolis do IFSC foi a segunda instituição de ensino do município a ser ocupada. Após uma assembleia estudantil com a participação de quase 500 estudantes, a ocupação obteve 364 votos favoráveis, 123 contrários e duas abstenções, como mostrado na Figura 1.

João Carlos¹¹ está no último semestre do Ensino Médio do IFSC e se prepara para enfrentar o vestibular. O entrevistado foi um dos estudantes que votou a favor da ocupação. Questionados os motivos que o levaram a aderir ao movimento, o estudante discorreu sobre pautas internas da sua instituição – como os cortes no orçamento e nas bolsas de pesquisas, reduções no atendimento do Programa de Assistência ao Aluno em Situação de Vulnerabilidade Social e Risco, e diminuição da merenda escolar. O estudante considera que teve a oportunidade de estudar em uma boa escola de ensino médio, mas teme que seu irmão mais novo não tenha acesso à escola pública. Destaca que a PEC que limita os gastos públicos coloca em risco todo o financiamento da saúde e da educação pública no Brasil.



Figura 1 – Assembleia estudantil que deliberou pela ocupação do Campus Florianópolis do IFSC. **Fonte:** Página Ocupa IFSC Flóripa¹².

O jovem de dezoito anos sonha em ingressar no Curso de Serviço Social da UFSC, e já está consciente de que terá que enfrentar muitas batalhas nos próximos anos. Para o estudante, a decisão do governo de reformular o ensino por meio de uma medida provisória explicita o pouco apreço que os políticos brasileiros têm com a democracia.

¹¹ Todos os nomes dos estudantes entrevistados ou observados foram modificados a pedido.

¹² Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/OCUPAIFSCFLORIPA/photos>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

Ana Clara está no segundo ano do Ensino Médio e também se posicionou favorável ao movimento de ocupação. Entre os fatores que impulsionaram a secundarista a participar da mobilização estão a tramitação da PEC que congela os gastos públicos – que, na concepção da estudante, coloca em risco a oferta da educação pública no Brasil –, e a reforma curricular do Ensino Médio.

Sobre o Projeto de Lei ‘Escola sem partido’ e a forma como a Medida Provisória que reformula o Ensino Médio foi apresentada à população, isso traz muitos resquícios da ditadura militar. Naquela época houve um controle no que era ensinado nas disciplinas de sociologia e filosofia, as pessoas não podiam pensar mais que o senso comum. No atual contexto político, parece que pensar demais voltou a ser um problema. Considero isso muito perigoso, todo mundo sabe que eles [Militares] ainda estão aí (Ana Clara, 18 anos, 2º ano do ensino médio).

Questionada sobre qual seria a função da escola, a jovem foi enfática: “garantir que todos tenham acesso ao conhecimento”, e continua: “a função do conhecimento é libertar o indivíduo”. Embora considere que ela tem a oportunidade de frequentar uma boa escola pública, a estudante vê sua instituição de ensino distante dos problemas sociais atuais do Brasil.

A adolescente avança em sua narrativa, discorrendo sobre a aula pública que ocorreu no dia anterior à ocupação do IFSC. O tema da atividade foi a auditoria da dívida pública brasileira. Ana Clara destaca que todos os anos vivencia o movimento de greve protagonizado pelos servidores públicos: “enfrento isso desde o sétimo ano [do ensino fundamental]” e nunca tinha ouvido falar sobre a auditoria da dívida. Para a entrevistada, o ensino precisa partir das contradições atuais da sociedade em que vivemos. Os fatos históricos são muito importantes, todavia, se descolados dos problemas atuais, não há razão em estudá-los.

Para além das passeatas, dos carros de som e das palavras de ordem proferidas normalmente por dirigentes sindicais de carreira e distantes de sua base, a jovem menina acredita que os movimentos sociais contemporâneos precisam superar os discursos panfletários. Em sua opinião, a sociedade precisa de informação com musculatura, é preciso tomar ruas, praças e prédios públicos com disposição para dialogar com os trabalhadores, apresentando uma narrativa contra-hegemônica aos veículos de comunicação comercial.

É diante de tal perspectiva que a secundarista defende o movimento de ocupação de escolas. Ana Clara e os outros 363 estudantes do Campus Florianópolis do IFSC por mais de um mês

protagonizaram uma intervenção em um aparelho hegemônico do Estado. Durante esse período, realizaram aulas públicas com os mais variados temas, atividades culturais, oficinas e cursos de curta duração. Tentaram dialogar com a sociedade, denunciando o pouco apreço que nossos parlamentares demonstram em relação à democracia participativa. Debateram em profundidade as reformas perversas que estão em tramitação no Congresso Nacional e o impacto que estas mudanças causarão em suas vidas e no cotidiano das próximas gerações.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, o movimento foi desencadeado no início de novembro. O Centro de Filosofia e Ciências Humanas foi o primeiro prédio ocupado, seguido pelo Centro de Ciências da Educação, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Econômicas e Colégio de Aplicação.

Em assembleia, os estudantes do Colégio de Aplicação deliberaram manter as aulas normais até o sétimo ano do ensino fundamental e suspender as aulas do oitavo e nono anos, e Ensino Médio. Na pauta estavam a indignação contra o ajuste fiscal anunciado pelo Governo Federal, a reforma do Ensino Médio e a Lei da Mordaça.¹³

Nos demais centros da Universidade da Federal de Santa Catarina, o movimento de ocupação nasceu a partir das pautas internas da universidade, como mostra a Figura 2. Entre as principais reivindicações destacam-se: a precarização das moradias estudantis, a insuficiência do Programa de Atendimento ao Estudante em Situação de Vulnerabilidade diante da demanda acadêmica, casos de xenofobia e homofobia que se intensificaram no interior da universidade, de acordo com o relato dos estudantes entrevistados.

¹³ Termo utilizado pelos movimentos sociais para se referir ao Projeto de Lei 193/2016, que inclui, entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Programa Escola sem Partido (BRASIL, 2016a).



Figura 2 – Assembleia estudantil que deliberou pela ocupação na Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Ciências Desportivas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Fonte: Página Mobiliza CFH UFSC¹⁴.

Ana Claudia cursa o terceiro ano de licenciatura no Centro de Filosofia e Ciências Humanas¹⁵. Entre as motivações que levaram a jovem a ocupar o prédio universitário está a inabilidade de a universidade lidar com a diversidade. Segundo a entrevistada, há alguns semestres, o Conselho Superior da instituição deliberou que 50% das vagas do vestibular seriam destinadas às ações afirmativas e 50% para a ampla concorrência.

Para a entrevistada, a maioria dos estudantes que conseguem acessar a universidade por meio do SISU¹⁶ é expulsa nos semestres seguintes, pois a universidade não consegue lidar com as necessidades específicas de alguns discentes. A estudante cita, entre as categorias que estão à margem, os universitários em situação de vulnerabilidade social e risco, indígenas e quilombolas. A depoente destaca que a universidade brasileira está estruturada para atender exclusivamente o estudante de classe média alta, que estudou em escola particular durante o ensino fundamental e médio. Todos os entrevistados da UFSC¹⁷ relataram que as motivações para o processo de ocupação partiram dos problemas existentes no interior da universidade; somente após a ação deflagrada é que o movimento incorporou em sua pauta temas como a reforma do ensino médio e o ajuste fiscal.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/OcupaCFHUFSC/photos/>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

¹⁵ A informação sobre a graduação que esses alunos cursam foi suprimida a pedido dos entrevistados. Todos os nomes são fictícios.

¹⁶ Sistema de Seleção Unificada.

¹⁷ Em 30 dias de ocupação foram entrevistados 10 estudantes de diferentes centros.

No CFH, quase todas as entrevistas foram realizadas no 'Ocupinha', um espaço lúdico destinado a crianças de 0 a 5 anos. Além de atender os filhos das mães que participavam da ocupação, a ação teve o objetivo de mandar um recado à reitoria da instituição quanto à inexistência de uma política pública que atenda as mães trabalhadoras e universitárias. De acordo com algumas estudantes ouvidas, em cinquenta e seis anos de atuação, tudo que a universidade conseguiu colocar em ação foi o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, que, na opinião das depoentes, é insuficiente para a comunidade acadêmica, uma vez que o núcleo atende prioritariamente os filhos de docentes e técnicos administrativos.

Os estudantes consideraram fundamental desenvolver uma ação que é de responsabilidade do Estado, porém este se ausenta, alegando a insuficiência de recursos financeiros. Organizados coletivamente, prepararam um espaço lúdico, seguro, com cuidadoras e atividades pedagógicas. Em trinta dias, o 'Ocupinha' atendeu filhos de universitários e de trabalhadores internos e externos da universidade.

No início do texto, recorri a Alain Touraine para discorrer sobre movimentos sociais contemporâneos. O autor define-os como condutas socialmente conflitivas, mas, também, culturalmente orientadas. Trata-se de manifestações de contradições objetivas de um sistema de dominação capitalista.

Em um instigante texto, tentando responder o que é democracia, Chauí (2016) afirma que o conflito é um ato legítimo das sociedades democráticas. Para a autora, o conflito não pode ser encarado como um obstáculo; ao contrário, trata-se de uma manifestação que consolida o processo democrático e propicia uma cultura de cidadania.

Na sociedade democrática, indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais e populares, classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um poder social que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado. [...] a democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo. Com efeito, pela criação de novos direitos e pela existência dos contra-poderes sociais, a sociedade democrática não está fixada numa forma para sempre determinada, ou seja, não cessa de trabalhar suas divisões, suas diferenças internas, seus conflitos e por isso, a cada passo, exige a ampliação da representação pela participação, o que leva ao surgimento de novas práticas, que garantam a participação como ato político efetivo, que aumentam a cada criação de um novo direito (CHAUÍ, 2016, p. 8).

Os textos de Marilena Chauí e Alain Touraine nos oferecem subsídios para entender as motivações dos estudantes, ações desencadeadas em vários Estados da federação, no segundo semestre de 2016. Trata-se de uma intervenção em um aparelho hegemônico do Estado, em protesto à diminuição dos direitos sociais conquistados nos últimos 16 anos.

A iniciativa ousada de alguns estudantes da UFSC organizarem o espaço pedagógico ‘Ocupinha’, uma ideia que partiu das demandas internas da comunidade universitária, além de denunciar para a sociedade a ausência de uma política pública para as mães universitárias trabalhadoras, tenta desmistificar o discurso panfletário dos governos quanto à diminuição da atuação do Estado por falta de recursos. Com organização e sem orçamento financeiro, os estudantes desenvolveram uma ação que é de responsabilidade do Estado, demonstrando que, quando existe vontade política, é possível avançar na consolidação dos direitos sociais.

Ao contrário do que se imaginava, os jovens estão, sim, interessados na política. Todavia, não se sentem representados pelos partidos políticos existentes no país. Talvez isso seja consequência da complexa crise ética e política em que o Brasil mergulhou nos últimos três anos. Os jovens se organizaram em coletivos a partir dos problemas que eles estavam enfrentando no cotidiano. Diante desse panorama, a pergunta de Alves (2012, p. 36) continua pertinente: “Após a explosão, qual o próximo passo?” O autor formulou a pergunta ao analisar o movimento *Occupy Wall Street*, que, na concepção de vários analistas, não tinha um inimigo claro. Era contra o capitalismo, algo amplo demais na concepção de vários sociólogos.

A mesma pergunta pode ser reformulada: Após as ocupações, qual o próximo passo dos secundaristas e universitários brasileiros? Afinal, o ano de 2016 terminou e a proposta de emenda à Constituição que congela os investimentos públicos em áreas essenciais como educação, saúde e assistência social foi promulgada. A reforma do Ensino Médio avançou no Congresso Nacional, e outras reformas ainda mais complexas e obscuras estão no horizonte. O que resta aos secundaristas e movimentos sociais contemporâneos? Certamente, buscar novas formas de resistência ao autoritarismo parlamentar e governamental instaurado em nosso país. Não é por acaso que esses jovens optam por fazer intervenções em prédios escolares ou universitários. São espaços sociais importantes e, com a ajuda das redes próprias e independentes de comunicação, os estudantes tentam colocar em curso uma nova cultura de participação cidadã.

5- Epílogo: o legado das ocupações

Corte de investimentos em saúde e educação
Mas cadê o corte na raiz da corrupção?
Legalizada escravidão,
População castigada, história em repetição.

“Raiz da corrupção”, Elias Oliveira Marx [estudante]¹⁸

Secundaristas e universitários, perplexos diante dos acontecimentos políticos do Brasil, resolveram fazer algo que sensibilizasse o parlamento. Ao intervir no funcionamento de um aparelho do Estado, tentaram dialogar com a população por meio de aulas públicas, oficinas e atividades culturais. Tentaram alertar o impacto que o ajuste fiscal causaria, sobretudo aos trabalhadores e às populações em situação de vulnerabilidade social e risco.

Os ocupantes também tentaram colocar em curso um novo tipo de gestão nos prédios ocupados: a cultura democrática participativa. Embora, nos últimos anos, o país tenha avançado em alguns aspectos na forma de escolha do gestor escolar, a juventude dá sinais de que simplesmente votar a cada quatro anos para a escolha do diretor não é suficiente. Muitas vezes, a gestão colocada em prática tem um distanciamento hercúleo do plano apresentado à comunidade durante o período eleitoral; muitos gestores, ao tomar posse, esquecem dos compromissos assumidos durante a eleição.

A organização horizontal por meio de comissões, as decisões deliberadas por meio de assembleias e a construção das redes de comunicação independentes para dialogarem com a sociedade foram o legado que as ocupações deixaram. Jovens descontentes com a crise democrática que assola o país tentaram colocar em prática uma nova cultura de participação. O grande exemplo que esse movimento social contemporâneo deixa para a sociedade brasileira é o de reaprender a conviver, na busca constante de uma verdadeira democracia participativa.

Ao analisar todo o material coletado, é possível afirmar que os jovens estão descontentes com os desdobramentos políticos no país e querem mais diálogo com as esferas institucionais. Tal movimento rompe com a concepção de uma juventude individualista e despolitizada, visão que se

¹⁸ *Rapper* da cena musical de Florianópolis e estudante de uma das escolas ocupadas. A letra nasceu durante o movimento de ocupação após um confronto com a Polícia Militar de Santa Catarina.

tornou marca da chamada geração Y e Z. Nos dias em que passamos nas ocupações, chamou-nos a atenção a forma horizontal de organização: tudo era decidido em assembleia. O espírito de coletividade também estava na divisão das tarefas: limpeza da escola, manipulação e produção de alimentos, organização de debates, atividades culturais e acadêmicas.

Outro destaque observado é o zelo pela instituição de ensino por parte dos alunos que participaram do movimento. Durante a observação, presenciamos estudantes trabalhando no jardim da escola, concertando banheiros, pintando paredes e muros, como mostra a Figura 3. Chamou nossa atenção, também, a rotatividade nas funções. Em cinco dias seguidos em que estivemos no Campus Florianópolis do IFSC, por exemplo, constatamos que o estudante Flávio¹⁹, no primeiro dia, desempenhou a atividade de porta-voz do movimento; era o responsável por conversar com a imprensa. No segundo dia, ficou responsável pela limpeza dos banheiros. No dia seguinte, integrou a equipe que preparou o almoço dos estudantes. No quarto dia de observação, verificamos que ele estava responsável pela higienização do local onde os estudantes dormem. No quinto dia, mediu um debate sobre a auditoria da dívida pública no Brasil.



Figura 3 – Estudantes limpam os banheiros e o hall de entrada da escola - Câmpus Florianópolis do IFSC.

Fonte: Página Ocupa IFSC Floripa20.

As Ocupações herdaram alguns aspectos das jornadas de junho de 2013, na medida em que os jovens secundaristas e universitários utilizam a intervenção no espaço público como forma de protestar e resistir ao autoritarismo governamental. Até então, após a redemocratização do Brasil, os

¹⁹ Nome fictício, modificado a pedido do entrevistado.

²⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/OCUPAIFSCFLORIPA/photos>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

movimentos sociais de esquerda haviam optado pela via institucional como forma de dialogar com as instituições governamentais. Com o levante de 2013, os estudantes perceberam que a intervenção nos espaços urbanos e prédios públicos seria uma alternativa para obrigar os governantes a ouvirem suas reivindicações.

A ação desses estudantes fragiliza o discurso propagado pelo atual Governo Federal de que o jovem não está interessado na escola, e, por isto, seria preciso reformular o currículo educacional. As mais de 1.400 instituições de ensino ocupadas em todo país demonstram o contrário, que o jovem está, sim, interessado na escola, porém em uma escola de qualidade que atenda as suas expectativas.

Com relação aos desafios dos movimentos sociais contemporâneos, Slavoj Žižek (2013) nos apresenta um diagnóstico interessante. Para o sociólogo esloveno, o grande risco que os manifestantes correm é de não conseguirem observar, bem como compreender as dinâmicas do capitalismo global em sua totalidade. Para o autor, esse risco se acentua quando o movimento apresenta pautas difusas, como as jornadas de junho no Brasil, ou quando o movimento foca em pautas muito específicas, como foi o caso da primavera árabe.

Sua análise é que para o capitalismo global continuar se expandindo, os serviços públicos como educação, saúde e assistência social precisam diminuir. E para que isso possa ser executado, os governos usam toda sua força coercitiva e contam com outro braço armado do sistema: as mídias hegemônicas. Não compreender as especificidades do sistema capitalista em todas as suas dimensões, pode levar determinados movimentos a desembocarem em uma grande festa carnavalesca, onde multidões são arrastadas a praças e avenidas, cantam, bebem, dançam, batem panelas, todavia não conseguem enxergar o nível de precariedade e exploração a que estão submetidos diariamente pelo sistema que os 'asfixia'.

Referências

ALVES, G. **Occupy**. Movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 193/2016**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o programa Escola sem Partido. Brasília: Mesa diretora do Senado, 2016a. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição 241**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, 2016b. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=10B30F462FB063D36231BAF0BF131D08.proposicoesWebExterno2?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BRASIL. **Medida provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2016c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição 55**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília: Mesa Diretora do Senado, 2016d. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Communication power**. Cambridge: MIT, 2010.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAUÍ, M. **O que é democracia?** Aula Magna do curso “Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?”, ocorrida no dia 15/08/2016, na Universidade Federal de Santa Catarina (Auditório Garapuvu), em Florianópolis.

ERICKSON, F. “Ethnographic microanalysis of interaction”. In: LECOMPTE, M. D.; MILLROY, W. L.; PREISSE, J. (Eds.), **The Handbook of Qualitative Research in Education**. New York: Academic Press, 1992. p. 201-226.

FLACH, S. F.; SCHLESENER, A. H. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **ETD- Educação Temática Digital**, v. 19, n. 1, p. 165-186, 2017.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAYASHI, M. I.; FERREIRA-JÚNIOR, A.; INNOCENTINI-HAYASHI, M. C. P. Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas. **Argumentos Pr-Educação**, v. 2, n. 4, p. 68-88, 2017.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Barcelona: Paidós, 1988.

- MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (Orgs.), **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.
- MEHAN, H. Understanding inequality in schools: the contribution of interpretative studies. **Sociology of Education**, v. 62, n. 1, p. 265-286, 1992.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.
- ORTELLADO, P. A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de Junho de 2013. Entrevista especial. **IHU - Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, p. 14-24, 2016.
- SANTAELLA, L. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. São Paulo: Paulus, 2016.
- SEVERO, R. G.; SAN SEGUNDO, M. A. C. OCUPATUDORS: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. **ETD- Educação Temática Digital**, v. 19, n. 1, p. 73-98, 2017.
- TIBLE, J. “**Secundas**”: desobediência e organização. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 155, p. 25-36, 2016.
- TOURAINÉ, A. Los movimientos sociales. **Revista Colombiana de Sociología**, n. 27, p. 255-278, 2006.
- WILLIS, P. **Learning to labor: working class kids get working class jobs**. Farnborough: Saxon House, 1977.
- WOODS, P. **Inside schools**. Ethnography in educational research. London: Routledge, 1986.
- ZIZEK, S. Problemas no paraíso. In: MARICATO, E. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 101-109.

Filmografia

- PRONZATO, C. **A Revolta dos Pinguins**. Documentário, Lamestiza audiovisual. Chile, 2006, DVD (46min).
- _____. **Acabou a paz, isto aqui vai virar o Chile!** Escolas Ocupadas em São Paulo. Documentário, Lamestiza audiovisual. Brasil, 2016, DVD (1h 06min).

Musicografia

- BLACK, D. **O trono de estudar**. São Paulo, 2015. (Produção Minha Sampa), Música Independente. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=14NqOdRY_Ls>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- MARX, E. O. **Raiz da Corrupção**. Florianópolis, 2017. (Produção Estúdio Bahls). Música Independente. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N4krcSbCnfY>>. Acesso em: 07 jul. 2017.
- PENTEADO, L. et al. **Ocupar e resistir**. São Paulo, 2015. (Produção Jornalistas Livre), Música independente. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PqiHEh1ly6U>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Recebido em: 13/03/2017
Aceito em: 16/07/2017